

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE

Edital 15/2023

Floresta Viva – Bacia do Rio Xingu

**Apoio à Restauração Ecológica e Fortalecimento
das Cadeias Produtivas Associadas à Restauração
na Bacia Hidrográfica do Rio Xingu**

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2023

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
1. Introdução	4
2. Floresta Viva	4
3. Apoiadores	4
4. O FUNBIO	5
5. Justificativa	5
6. Objetivo	6
7. Área de Abrangência do Edital	6
8. Instituições elegíveis, parcerias e equipe técnica	9
9. Prazo de execução dos Projetos	10
10. Montante de recursos deste Edital	10
11. Propostas: Metodologia e Resultados esperados	10
11.1 Meta 1. Diagnóstico e Plano de Restauração para a(s) área(s) selecionada(s) elaborado e aprovado	13
11.2 Meta 2. Plano de Restauração implementado e monitorado na(s) área(s) selecionada(s)	16
11.3 Meta 3. Cadeias Produtivas associadas à restauração fortalecidas	16
12. Despesas Elegíveis e Inelegíveis	18
12.1. Despesas Elegíveis	19
12.2. Despesas Inelegíveis	20
13. Contrapartida	20
14. Disponibilização de recursos	21
15. Submissão da proposta e prazos	21
16. Documentos necessários para submissão da proposta	22
17. Comunicação com o FUNBIO	22
18. Processo de seleção de projetos	22
19. Divulgação dos resultados	23

20. Contratação e implementação	24
21. Monitoramento Técnico e Financeiro dos Projetos.....	25
22. Informações adicionais	25
23. Encerramento dos Projetos	25
24. Disposições Gerais.....	26
25. Critérios de Avaliação Quantitativa.....	26
ANEXO A: Dados Cadastrais e Currículo da Instituição Proponente.....	31
ANEXO B: Identificação da(s) Instituição(ões) Parceira(s)	33
ANEXO C: Apresentação Geral do Projeto.....	35
ANEXO D: Cronograma de Execução Física do Projeto.....	42
ANEXO E: Orçamento e Cronograma de Desembolsos	43
ANEXO F: Formulário de Apreciação Institucional.....	44
ANEXO G: Declaração de Inexistência de Pendências.....	44

1. Introdução

O FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, no âmbito do Floresta Viva, convida instituições sem finalidade lucrativa a apresentarem propostas de projetos que visem à implementação de projetos de restauração ecológica¹ e fortalecimento das cadeias produtivas associadas à restauração no território da **Bacia Hidrográfica do Rio Xingu**. Os interessados em apresentar propostas devem ler este documento na íntegra e atentamente.

2. Floresta Viva

O Floresta Viva tem como objetivo geral contribuir para investimentos em restauração ecológica em biomas brasileiros, com a consequente obtenção de benefícios relacionados à preservação da biodiversidade, disponibilidade de recursos hídricos, redução da erosão, melhoria do microclima, remoção de dióxido de carbono da atmosfera e geração de empregos e renda.

A iniciativa está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)² da Organização das Nações Unidas (ONU), além de contribuir para as metas globais de combate e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

São objetivos específicos do Floresta Viva:

- a) Fortalecer cadeias produtivas da restauração ecológica no Brasil;
- b) Promover capacitação profissional em atividades da cadeia produtiva da restauração ecológica;
- c) Consolidar estruturas eficientes de gestão e execução da restauração ecológica com vistas ao aumento da sua escala e à captação de novos e maiores recursos;
- d) Promover alternativas econômicas ligadas aos investimentos em restauração ecológica;
- e) Desenvolver processos de certificação de carbono, com aumento de escala e redução de custos, em conjuntos de projetos de restauração ecológica.

O Floresta Viva opera sob a junção de recursos do Fundo Socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com os de instituições apoiadoras. As instituições apoiadoras do Floresta Viva são empresas, fundações e associações privadas, pessoas jurídicas de direito público ou entidades da administração pública indireta. Juntamente com o BNDES, participam do Floresta Viva, aportando recursos para a execução dos projetos de restauração.

3. Apoiadores

O presente Edital está sendo realizado com apoio do BNDES, da Energisa, do Fundo Vale e da Norte Energia.

¹ Para o presente edital será utilizada a definição do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), publicado em 2017 pelo Ministério do Meio Ambiente, que define a restauração ecológica como “intervenção humana intencional em ecossistemas alterados ou degradados para desencadear, facilitar ou acelerar o processo natural de sucessão ecológica”.

² <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

4. O FUNBIO

O FUNBIO é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) nacional, privada, em atuação desde 1996 com o objetivo de catalisar ações estratégicas voltadas para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica no Brasil. Sua missão é aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade.

As ações do FUNBIO buscam garantir o aporte de recursos de fontes diversas para contribuir de forma significativa, e em longo prazo, para a preservação dos recursos naturais no Brasil. Para isso, utiliza como estratégias a modelagem de mecanismos financeiros, a gestão de conhecimento, o investimento em serviços sustentáveis e a aplicação de ferramentas específicas de gestão aos programas ou projetos que apoia.

O FUNBIO é o gestor operacional e responsável pela condução do presente Edital em estreita articulação com o BNDES, Energisa, Fundo Vale e Norte Energia, no âmbito do Floresta Viva.

5. Justificativa

Com aproximadamente 1.870 km de comprimento, o rio Xingu nasce no bioma Cerrado e cruza um longo trecho da Amazônia até desaguar na margem direita do rio Amazonas. Sua bacia ocupa um território de aproximadamente 53 milhões de hectares, abrangendo cerca de 50 municípios nos estados do Mato Grosso e do Pará.

No decorrer do seu curso, o rio Xingu cruza diversas Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Essas áreas protegidas formam um grande corredor de biodiversidade que conecta os dois maiores biomas brasileiros, o Corredor de Áreas Protegidas do Xingu, que ocupa uma área de mais de 26 milhões de hectares e inclui 21 Terras Indígenas e 9 Unidades de Conservação. O corredor abriga diversos povos indígenas e populações ribeirinhas, desempenhando um importante papel na conservação da sociobiodiversidade local.

A região, também chamada de Corredor de Diversidade Socioambiental do Xingu, age como uma linha de defesa contra o avanço do desmatamento na Amazônia oriental. Entretanto, essa barreira vem sofrendo inúmeras pressões e perdendo áreas de vegetação nativa na última década. Dados do Sirad X - Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento da Bacia do Xingu indicam que entre 2019 e 2022 foram desmatados mais de 730 mil hectares na bacia do Xingu, sendo cerca de 37% desse total no interior das áreas protegidas³.

Considerando sua importância para a conservação e o histórico de degradação da região, o presente Edital visa a apoiar ações de restauração ecológica e fortalecimento das cadeias produtivas associadas à restauração na Bacia do rio Xingu. As ações de fomento à restauração devem levar em consideração o contexto socioeconômico e cultural da região, conciliando os benefícios ecológicos e de manutenção dos serviços ecossistêmicos com a geração de emprego, renda e segurança alimentar para as populações locais, além de contribuir para a redução da pressão de degradação sobre a vegetação natural.

Sendo assim, a inclusão de ações de fortalecimento das atividades produtivas relacionadas à restauração é incentivada nas propostas, incluindo a implementação de sistemas agroflorestais e outros sistemas produtivos sustentáveis associados à restauração, bem como a capacitação

³ DESAFIOS DE PROTEÇÃO, Bacia do Rio Xingu. Rede Xingu +.

profissional dos atores locais ligados a essas cadeias. O engajamento e participação das comunidades e povos locais deve ser incentivado, garantindo o seu protagonismo nas ações propostas.

Adicionalmente, as propostas devem buscar um alinhamento com os instrumentos e políticas públicas federais e estaduais relacionados à recuperação da vegetação nativa na região.

6. Objetivo

O presente Edital tem como objetivo selecionar projetos para a implementação de ações de restauração ecológica e fortalecimento das cadeias produtivas associadas à restauração na Bacia do Rio Xingu. Espera-se apoiar até 9 (nove) projetos.

Para o alcance deste objetivo, o Edital conta com três metas específicas:

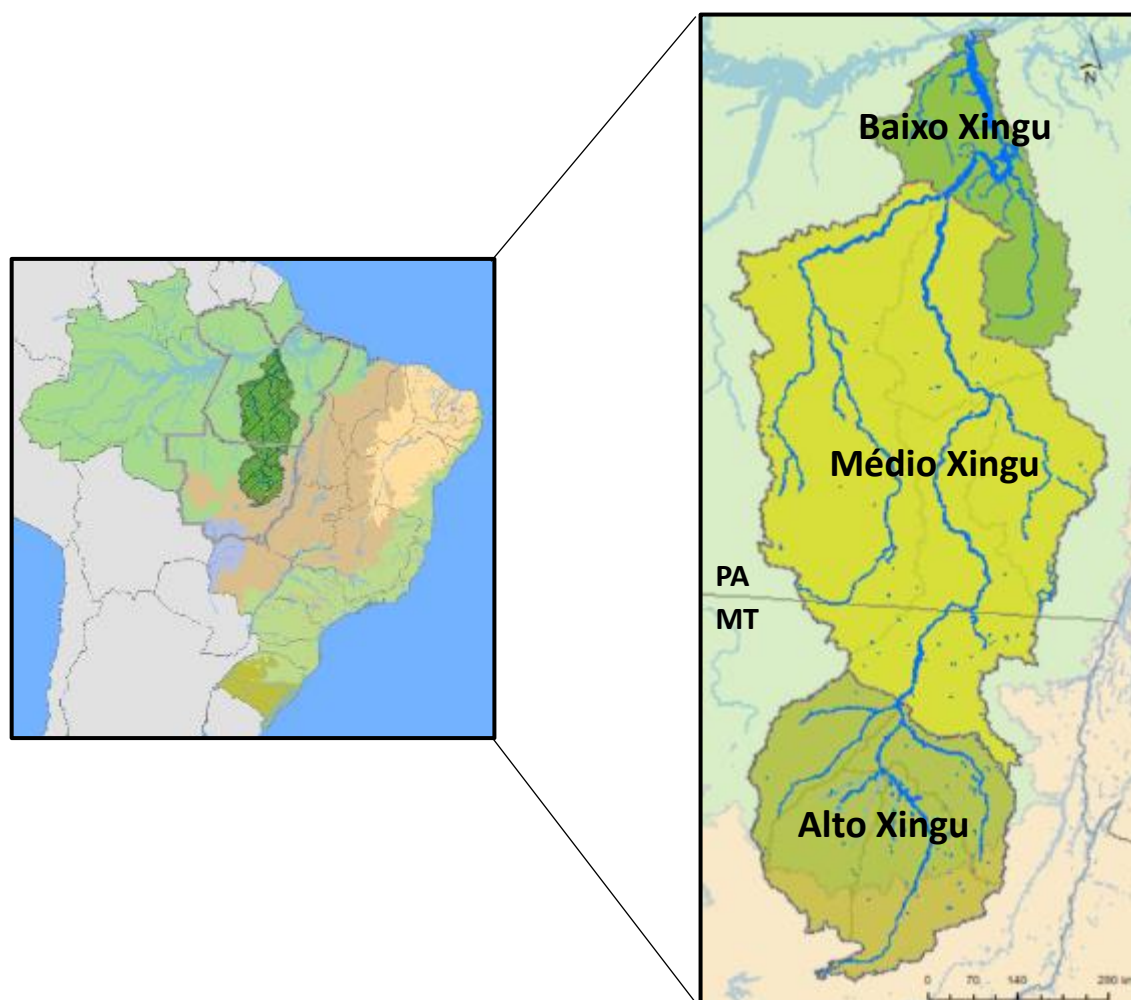
- **Meta 1.** Diagnóstico e Plano de Restauração para a(s) área(s) selecionada(s) elaborado e aprovado;
- **Meta 2.** Plano de Restauração implementado e monitorado na(s) área(s) selecionada(s);
- **Meta 3.** Cadeias produtivas associadas à restauração fortalecidas.

O item 11 deste Edital apresenta as orientações e diretrizes específicas para cada meta.

7. Área de Abrangência do Edital

As propostas deverão prever a implementação de ações de restauração ecológica e fortalecimento das cadeias produtivas associadas à restauração no território da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu (figura 1), dividido em três regiões focais para os fins deste Edital: 1) Baixo Xingu; 2) Médio Xingu; e 3) Alto Xingu.

Figura 1. Área de abrangência do presente Edital. O mapa à esquerda indica a localização da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, nos estados do Pará e Mato Grosso. O mapa à direita apresenta as três regiões focais do Edital: 1) Baixo Xingu; 2) Médio Xingu; e 3) Alto Xingu.

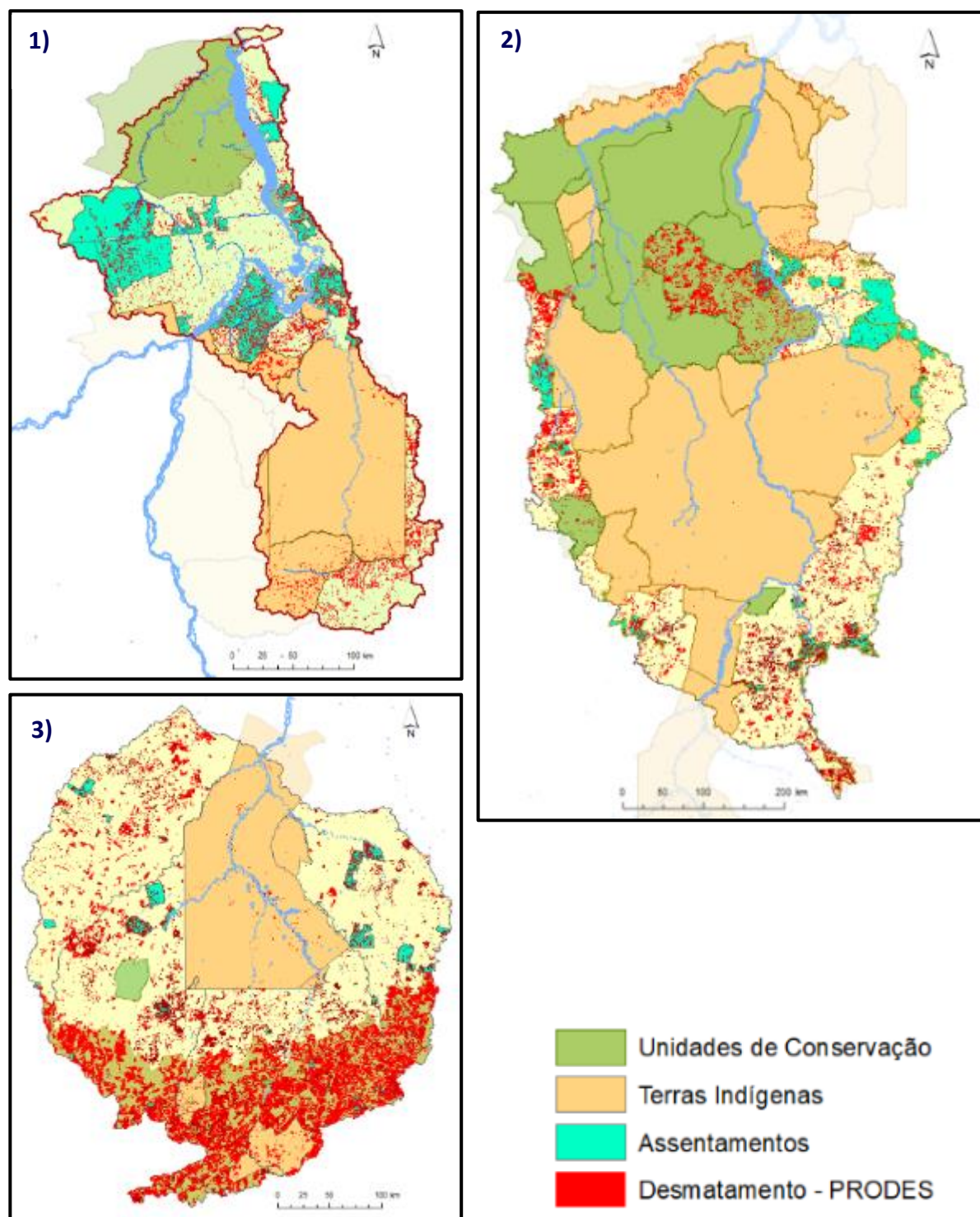


A Figura 2 apresenta as três regiões focais em maior detalhe. O Baixo Xingu compreende a porção final do rio Xingu até sua foz, no rio Amazonas. Localizado no estado do Pará, o Baixo Xingu inclui a região conhecida como Volta Grande do Xingu e tem cerca de 47% do seu território coberto por áreas protegidas.

A porção do Médio Xingu representa uma área de mais de 31 milhões de hectares, sendo cerca de 63% dessa área coberta por áreas protegidas (47% Terras Indígenas e 16% Unidades de Conservação). Nessa região se encontra o estreito do Corredor de Áreas Protegidas do Xingu, que sofre forte pressão de desmatamento por ambos os lados, colocando em risco toda a conectividade do corredor. O Médio Xingu se localiza predominantemente no estado do Pará, estando sua porção sul localizada no estado do Mato Grosso.

No Alto Xingu se encontram as nascentes do rio Xingu, no estado do Mato Grosso. Esta é a região com menor cobertura de áreas protegidas, sendo 20% da sua área coberta por Terras Indígenas e 0,8% por Unidades de Conservação. A porção do Alto Xingu está predominantemente localizada no bioma Amazônia mas sua porção sul se encontra no bioma Cerrado, abrangendo, portanto, uma importante área de transição entre os dois biomas.

Figura 2. Detalhe das três regiões focais do presente Edital, indicando as Unidades de Conservação, Terras Indígenas e assentamentos em cada uma delas: 1) Baixo Xingu; 2) Médio Xingu; e 3) Alto Xingu.



8. Instituições elegíveis, parcerias e equipe técnica

Entende-se como instituições proponentes aquelas que serão gestoras e executoras dos recursos financeiros desembolsados ao projeto pelo FUNBIO.

São elegíveis como proponentes de projetos neste Edital instituições sem fins lucrativos com as seguintes naturezas jurídicas: associações civis e fundações privadas nacionais, em suas diferentes formas de apresentação (Instituto, Fundação, Fórum, Associação, Movimento, etc) e cooperativas em qualquer grau de constituição (singulares, centrais, federações e confederações).

A instituição proponente deverá ser legalmente constituída há pelo menos (2) dois anos. A experiência comprovada em projetos de restauração no(s) bioma(s) e na região foco da proposta será pontuada na avaliação das propostas, conforme definido no item 25. Critérios de Avaliação Quantitativa. Tais experiências devem ser demonstradas no currículo da instituição proponente.

Cada proposta deve ter uma única instituição proponente responsável pelo projeto, com a qual será realizada a assinatura do contrato com o FUNBIO. A instituição proponente será a única responsável pela realização de toda e qualquer prestação de contas referentes ao projeto apoiado junto ao FUNBIO.

A experiência técnica e a capacidade administrativa da instituição proponente deverão ser apresentadas mediante descrição resumida das atividades realizadas que sejam relevantes ao tema do projeto e comprovadas através da apresentação de contratos assinados, atestados de responsabilidade técnica emitidos por entidades de classe, materiais impressos, notícias publicadas na imprensa, livros ou outros materiais (conforme descrito no Anexo A). Serão consideradas experiências em que as instituições atuaram como coordenadoras ou parceiras na execução de projetos.

União, Estados, Municípios, demais pessoas jurídicas que integrem a Administração Pública Direta ou Indireta e instituições privadas com fins lucrativos não são elegíveis como instituições proponentes para este Edital. Entretanto, a instituição proponente poderá apresentar parcerias com instituições que fortaleçam a proposta do projeto e demonstrem vantajosidade econômica e necessidade estratégica para a atuação junto à proponente no projeto, incluindo Universidades, Fundações e/ou Instituições de Pesquisa Públicas, Prefeituras Municipais, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs, Comitês de Bacia Hidrográfica, Associações Municipais, instituições privadas com fins lucrativos etc., desde que não haja repasse de recursos financeiros para tais instituições.

Parceiros com finalidades lucrativas poderão agregar valor ao projeto mediante o aporte de bens ou serviços para o atingimento dos seus objetivos, porém não receberão qualquer tipo de repasse de recursos financeiros ou não financeiros. Instituições parceiras que sejam entidades privadas sem fins lucrativos poderão ser contempladas pela instituição proponente com os itens elegíveis da proposta, como a aquisição de bens e equipamentos, contratações de serviços, consultorias, reformas e outros.

No caso de haver parcerias, para cada instituição parceira deverá ser apresentada uma Carta de Parceria ou documento similar que comprove as parcerias mencionadas, devidamente assinado pelo seu representante legal, pelo representante do setor ou da unidade responsável pelo projeto, bem como os documentos que comprovam a representação legal do signatário (conforme descrito no Anexo B), antes da assinatura do contrato com o FUNBIO.

A apresentação da equipe técnica deve conter a atribuição de responsabilidades específicas a cada profissional para o desenvolvimento do projeto e o tipo de vínculo do profissional com a instituição proponente ou com a instituição parceira. A experiência da equipe técnica envolvida no

projeto deverá ser demonstrada mediante apresentação de currículo, com ênfase nas experiências relevantes às suas responsabilidades no projeto. Na descrição da equipe do projeto também é necessário informar se o profissional já faz parte do quadro técnico da instituição proponente e qual o seu vínculo (conforme detalhado no Anexo C).

Caso a instituição proponente não disponha de profissionais para uma ou mais responsabilidades específicas, essas capacidades podem ser complementadas por profissionais das instituições parceiras, podendo também ser prevista a contratação de profissionais para responsabilidades específicas. Nesse último caso, no momento de contratação do projeto poderá ser solicitada a apresentação do(s) termo(s) de referência para a contratação de profissional(is) adequado(s).

9. Prazo de execução dos Projetos

O prazo para a execução dos projetos deverá ser de até **48 (quarenta e oito) meses**.

10. Montante de recursos deste Edital

Por meio deste Edital poderão ser disponibilizados até R\$ 26.640.000,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e quarenta mil reais) a serem distribuídos entre as propostas aprovadas. Espera-se apoiar até 9 (nove) projetos por meio deste Edital.

As propostas serão avaliadas seguindo os critérios definidos no item 25. Critérios de Avaliação Quantitativa. Os critérios visam à seleção de projetos que garantam o sucesso das intervenções em termos da restauração ecológica, da conservação da biodiversidade, do impacto social, da persistência dos resultados em longo prazo e da economicidade.

As propostas que atingirem a pontuação mínima (ver item 18. Processo de seleção de projetos) seguirão para a etapa classificatória na qual, além da pontuação recebida, serão considerados a distribuição dos recursos e projetos entre as regiões e o montante de recursos disponível no edital. A seleção das propostas visará à distribuição dos projetos entre as três regiões focais, quando possível, sendo esperado o apoio a pelo menos um projeto em cada uma das regiões.

11. Propostas: Metodologia e Resultados esperados

As propostas deverão contemplar as orientações gerais a seguir e as orientações específicas para cada meta, apresentadas nos subitens 11.1, 11.2 e 11.3.

Orientações Gerais:

a) Definição das áreas de implementação da restauração:

- As propostas deverão apresentar uma previsão da localização da área a ser restaurada pelo projeto e uma estimativa do tamanho da área com base em dados georreferenciados, com a

possibilidade de contabilizar áreas descontínuas. A proposta deverá indicar a metodologia para identificação precisa da localização e tamanho das áreas a serem restauradas;

- **Cada proposta deverá prever uma área de no mínimo 150 hectares para restauração na área de abrangência deste edital** (ver item 7. Área de Abrangência do Edital). Para viabilizar o alcance dessa área mínima a ser restaurada, as instituições proponentes poderão incluir, em suas propostas, outras instituições na forma de:
 - i. **Instituições parceiras**, que tragam vantajosidade econômica e necessidade estratégica para a atuação junto à executora e que poderão ser contempladas pela instituição executora com bens e serviços para realização das atividades, conforme descrito no item 8. *Instituições elegíveis, parcerias, equipe técnica*. Para cada instituição parceira incluída na proposta, deverá ser apresentada uma Carta de Parceria devidamente assinada pelo seu representante legal, conforme estabelecido no Anexo B deste edital;
 - ii. **Prestadores de serviços**, que receberão pagamento pelas atividades realizadas, conforme instrumento jurídico a ser firmado com a instituição executora. Os prestadores de serviços deverão ser contratados mediante processo seletivo, com comparação de preços ou, excepcionalmente, de forma direta, desde que justificadamente e uma vez demonstrada a inviabilidade de competição.
- As áreas previstas para restauração deverão estar localizadas na área de abrangência apresentada no item 7 acima, em uma ou mais das seguintes categorias:
 - i. Unidades de Conservação;
 - ii. Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) em imóveis rurais de até quatro módulos fiscais e em assentamentos de reforma agrária;
 - iii. Territórios quilombolas e de outras comunidades tradicionais;
 - iv. Territórios indígenas.
- **O presente Edital não apoiará ações de restauração em imóveis rurais privados com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais⁴;**
- As atividades de restauração em propriedades privadas ou assentamentos devem respeitar as diretrizes previstas no Programa de Regularização Ambiental – PRA, no Cadastro Ambiental Rural – CAR, e nos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRADA. O CAR das propriedades contempladas no projeto deverá ser apresentado e estar regularizado quanto a estes instrumentos da Lei nº 12.651/2012 e no Decreto 7.830, de 17 de outubro de 2012 previamente à implementação das ações de restauração.

b) Atividades elegíveis e Diretrizes para a Restauração:

- As propostas submetidas devem apresentar pelo menos as seguintes etapas: i) Mapeamento e diagnóstico da área; ii) Articulação local e mobilização de parceiros; iii) Preparo das áreas; iv) Implantação das técnicas de restauração selecionadas; v) Manutenção; vi) Monitoramento e

⁴Nas propriedades coletivas será considerada fração de cada proprietário.

avaliação; e vii) Fortalecimento das cadeias produtivas associadas à restauração, incluindo ações de capacitação profissional dos atores locais;

- As atividades de restauração poderão prever o uso de espécies nativas e, a depender da técnica de restauração adotada, espécies exóticas agrícolas não invasoras para fins de restauração, na forma das normas ambientais aplicáveis, levando em consideração o contexto local e melhores técnicas para cada área;
- As técnicas selecionadas devem demonstrar a relação custo-benefício, buscando alternativas de baixo custo de implantação (semeadura direta, nucleação, etc.) e privilegiando a facilitação da regeneração natural sempre que as condições locais permitirem. Os custos de restauração por hectare e por técnica serão avaliados como critério para seleção das propostas, conforme definido no item 25 deste Edital;
- Considerando o contexto socioeconômico local, a integração de diferentes estratégias de restauração ecológica com técnicas de restauração produtiva (sistemas agroflorestais, silvicultura, entre outros) é permitida e incentivada, de forma a otimizar os benefícios ambientais, sociais e econômicos e corroborar com a permanência das áreas implantadas. Nesse sentido, as propostas poderão prever também serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);
- Deverão ser previstas também atividades de fortalecimento das cadeias produtivas associadas à restauração, com o objetivo de promover um cenário regional apto para a continuidade das ações e a geração de renda para os atores locais. Essas atividades podem incluir, por exemplo, a capacitação profissional desses atores em técnicas de restauração, produção de sementes e mudas de espécies nativas, incluindo a utilização de espécies ligadas às cadeias de produtos locais da sociobiodiversidade;
- Ações de prevenção e combate a incêndios florestais podem ser previstas, desde que justificada sua relevância para a manutenção das atividades de restauração no contexto local;
- As propostas deverão prever a adoção de instrumentos de documentação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades de restauração e de seus resultados, incluindo a proposição de indicadores. Para o monitoramento do sucesso da restauração deverão ser definidos indicadores⁵ e valores mínimos para cada indicador a serem atingidos ao longo do projeto;
- As propostas deverão prever a proposição de indicadores de remoção/captação de gases de efeito estufa (GEE) e o reporte periódico de indicador que represente a evolução em termos de remoção, em especial o dióxido de carbono (CO₂), como benefício das ações realizadas;
- As propostas deverão contemplar análise de risco e medidas de mitigação para garantir o alcance das metas de restauração propostas;
- As propostas deverão incluir uma estratégia de comunicação amplamente acessível das ações e dos resultados alcançados. Os custos para as ações de comunicação, incluindo eventual profissional de comunicação dedicado a tais atividades, devem estar previstos no orçamento do projeto ou como recursos de contrapartida.

⁵ Deverão ser considerados no mínimo 3 indicadores, a depender das especificidades e das metodologias mais utilizadas: I - cobertura do solo com vegetação nativa, em porcentagem; II - densidade de indivíduos nativos regenerantes, em indivíduos por hectare; e III - número de espécies nativas regenerantes.

c) Orientações gerais e Documentação:

- A proponente poderá prever a utilização de contrapartida financeira, devidamente identificada na proposta, para a execução das atividades. Recomenda-se que as propostas prevejam a utilização de contrapartida, financeira ou não-financeira, para garantir a continuidade das ações, principalmente aquelas ligadas à manutenção e monitoramento das áreas restauradas, mesmo após a finalização do prazo do projeto;
- As propostas que previrem a restauração de áreas particulares deverão apresentar Termos de Adesão dos proprietários de áreas particulares e/ou comunidades situadas nas áreas a serem restauradas. Este termo de adesão deverá possibilitar o acesso e o desenvolvimento das atividades na área e o compromisso de manutenção das áreas restauradas após o encerramento do projeto. O envio dos termos de adesão não é obrigatório no momento de submissão das propostas, devendo ser apresentado pelos projetos contratados após a elaboração do Plano de Restauração, previamente à implementação das ações de restauração;
- O licenciamento ambiental, sua dispensa e outras autorizações ou outorgas e Anotações de Responsabilidade Técnica necessárias à execução dos projetos deverão ser providenciados junto aos órgãos e registros competentes pelas instituições selecionadas e/ou suas contratadas, e apresentados previamente às ações previstas nas Metas 2 e 3;
- No momento de elaboração da proposta e implementação do projeto, as instituições proponentes devem adotar um olhar sensível às questões de gênero, raça e etnia, buscando o engajamento das comunidades locais e a garantia da equidade nas atividades planejadas, assim como nas contratações previstas. A participação de pessoas e grupos das diferentes raças e etnias, além de mulheres e grupos de mulheres, deve ser incentivada em todas as etapas de planejamento, execução e monitoramento das atividades do projeto.

Ao submeter a proposta a este Edital, os proponentes declaram estar cientes de que os eventuais créditos de carbono decorrentes das atividades de restauração apoiadas no âmbito do projeto não poderão ser negociados sem autorização do BNDES, Energisa, Fundo Vale e Norte Energia. No caso da efetiva geração de créditos, a repartição dos eventuais benefícios será discutida com os diferentes atores diretamente relacionados ao projeto (proprietários e responsáveis legais das terras, executores dos projetos, Energisa, Fundo Vale, Norte Energia e BNDES) previamente à elaboração do projeto de carbono, que será elaborado a partir do conjunto de projetos a serem apoiados pelo Edital.

11.1 Meta 1. Diagnóstico e Plano de Restauração para a(s) área(s) selecionada(s) elaborado e aprovado

As propostas deverão apresentar metodologia para elaboração do Plano de Restauração da(s) área(s) selecionada(s), a ser realizado de forma participativa, envolvendo as equipes e órgãos gestores das Áreas Protegidas, conselhos consultivos e deliberativos, comunidades e povos locais. Para as Unidades de Conservação devem ser respeitadas as orientações dos respectivos Planos de Manejo, e para as Terras Indígenas, devem ser respeitadas as orientações dos respectivos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e Protocolos de Consulta, quando existentes. Em todos os casos, devem ser respeitadas e observadas as salvaguardas sociais e ambientais do FUNBIO.

Os Planos de Restauração não poderão ser elaborados ou implementados em áreas para as quais já existam obrigações vigentes que imponham a restauração, tais como:

- i) Termo de compromisso, assinado pelo proprietário ou possuidor do imóvel, junto ao órgão ambiental competente, resultante de sua adesão ao Programa de Regularização Ambiental, conforme Art. 59 da Lei nº 12.651/2012 e regulamentos aplicáveis, exceto para a pequena propriedade ou posse rural familiar, definida no art. 3º, V, da Lei nº 12.651/2012; e
- ii) Condicionante de licença ambiental. A proponente deverá apresentar uma declaração de que, sob pena de responsabilização, não há instrumento legal vigente que obrigue a restauração da área apresentada para a realização do projeto.

Os técnicos responsáveis pelo plano de restauração deverão comprovar registro de ART⁶. O Plano de Restauração deverá conter, no mínimo:

- Caracterização/diagnóstico das áreas quanto à sua fisionomia, estado de conservação, seu potencial de regeneração natural, aspectos sociais e produtivos, uso predominante da área, coordenadas em UTM da área a ser restaurada (DATUM Sirgas 2000);
- Planta georreferenciada da situação da área, indicando as Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanentes (APP) e Reserva Legal (RL), hidrografia, vias de acessos, remanescentes de vegetação nativa, presença de espécies indesejáveis, entre outros;
- Mapeamento das mudanças na cobertura do solo e na hidrografia ocorridas ao longo do tempo, com base em mapas históricos, fotos aéreas e/ou imagens de satélite;
- Caracterização/diagnóstico físico e químico do solo das áreas que serão restauradas;
- Definição de diretrizes e estratégias para a restauração das áreas mapeadas, incluindo as técnicas mais adequadas para a restauração de acordo com o diagnóstico realizado, histórico de degradação da área e possibilidades de parcerias e envolvimento das comunidades e povos locais;
- Definição do método de monitoramento do sucesso da restauração conforme protocolo, indicadores e valores de referência definidos pela Aliança para Restauração da Amazônia⁷;
- Definição da logística e das atividades necessárias para a execução dos métodos de restauração selecionados e ações de manutenção das áreas em processo de recuperação (replantio, capina, controle de invasoras, controle de formigas cortadeiras, adubação, controle de erosão, irrigação, manutenção de aceiros, etc), inclusive após o fim do projeto, considerando as especificidades dos métodos adotados. A logística definida deverá levar em consideração a sazonalidade, os padrões hidrológicos da região e, quando presentes, os aspectos socioculturais de uso da área, com um planejamento das atividades que garanta o melhor período para a sua realização;
- Definição das espécies vegetais a serem empregadas, considerando a ocorrência regional das mesmas na área objeto de restauração, a ocupação de diferentes estratos conforme a fitofisionomia a ser restaurada, os grupos funcionais e as diferentes formas de vida da

⁶ <https://www.confear.org.br/servicos-prestados/anotacao-de-responsabilidade-tecnica-art>

⁷ Detalhes dos indicadores estão disponíveis em: <https://aliancaamazonia.org.br/wp-content/uploads/2022/11/monitoramento-alianca-web2.pdf>

vegetação, informando categoria de risco de extinção e grau de endemismo de todas elas. É incentivada a inclusão de espécies classificadas como “Quase ameaçada” ou em situação mais grave de ameaça segundo o Centro Nacional de Conservação da Flora e, quando oportuno, das espécies-alvo do Plano de Ação Territorial para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção do Território Xingu (PAT Xingu⁸) ou outras listas e instrumentos existentes para a área de atuação do projeto;

- Identificação da fonte de sementes (semeadura direta) e mudas (viveiro implantado ou aquisição de mudas);
- Identificação de conflitos existentes na área e potenciais riscos para o atingimento das metas de restauração propostas, incluindo uma descrição das medidas para diminuir os riscos externos quanto ao alcance das áreas mínimas a serem restauradas. O plano de restauração deverá apresentar as ações e os insumos necessários para eliminar ou diminuir os riscos externos do não alcance das metas previstas, tais como realização de aceiros, regeneração de áreas maiores do que o previsto inicialmente, entre outras, de forma a garantir que a meta estabelecida para o projeto seja alcançada;
- Cronograma detalhado, informando trimestralmente todas as atividades das fases de implantação, manutenção e monitoramento;
- Descrição dos insumos (serviços, material de consumo, consultorias, mão-de-obra, equipamentos, etc.) e custos por insumo e atividades necessárias para a execução;
- Definição do custo total de restauração por hectare;
- Definição da área em hectares de cada técnica de restauração e o detalhamento do custo por hectare de cada técnica;
- Definição do método de envolvimento dos atores locais e divulgação do projeto, incluindo o estabelecimento de uma rede de parcerias e estratégia para garantir a manutenção das áreas em processo de recuperação.

Os custos totais do projeto deverão incluir a somatória de todas as despesas elegíveis, incluindo os custos de gerenciamento, de articulação e mobilização, de diagnóstico e elaboração do plano de restauração, de implementação do plano, atividades de fortalecimento das cadeias produtivas associadas à restauração, capacitações, monitoramento, comunicação e demais atividades previstas. O Anexo E: Orçamento e Cronograma de Desembolsos apresenta uma lista de objetivos padrão que devem estruturar a elaboração do orçamento e apresentação das despesas previstas pelo projeto.

Os valores totais dos projetos não serão alterados com a elaboração do Plano de Restauração e, portanto, **o orçamento total apresentado na proposta deverá ser condizente com a situação local e as metodologias de restauração que serão de fato escopo do projeto**, além de considerar eventuais variações nos custos de insumos e mão-de-obra ao longo do período de execução do projeto. No entanto, durante a execução poderão ser permitidos remanejamentos entre as diferentes rubricas previstas, desde que com justificativas técnicas e aprovação da equipe de acompanhamento dos projetos no âmbito do Floresta Viva.

⁸ https://proespecies.eco.br/wp-content/uploads/2021/10/SumarioPATXingu-v9_24Ago21_Web.pdf

O Plano de Restauração deverá ser elaborado e apresentado em até 3 (três) meses após a contratação e liberação do primeiro desembolso ao projeto.

11.2 Meta 2. Plano de Restauração implementado e monitorado na(s) área(s) selecionada(s)

A implementação do Plano de Restauração ocorrerá apenas após a aprovação do mesmo pela equipe responsável pelo acompanhamento dos projetos, no âmbito do Floresta Viva.

As áreas a serem restauradas deverão seguir metodologias consagradas para restauração vegetal na Amazônia e no Cerrado. Os processos e as atividades seguirão as descrições do Plano de Restauração elaborado e aprovado, de forma a se adequar o emprego da melhor técnica com a otimização de tempo e recursos na consolidação da área em recuperação.

Para todas as etapas relativas às ações de restauração, deverão ser previstos para as equipes de campo os equipamentos de proteção individual, seguro de acidentes pessoais e condições adequadas para todos os trabalhadores, garantindo a plena realização das atividades. No caso de envolvimento dos atores locais na realização das ações de implantação e manejo das áreas, deverão ser previstos, além dos equipamentos de proteção individual, treinamentos para o manuseio e uso seguro de ferramentas e de segurança do trabalho.

Após a implementação, a instituição responsável pelo projeto deverá monitorar periodicamente as áreas em restauração. As propostas deverão prever ações de manutenção e monitoramento das áreas de intervenção por, no mínimo, 2 (dois) anos, e até que o alcance dos indicadores de restauração ecológica propostos seja atingido.

Recomenda-se o estabelecimento de parcerias e contrapartida para garantir as ações de manutenção e monitoramento mesmo após a finalização do projeto, considerando-se por exemplo o estabelecimento de parcelas permanentes e a perpetuação do monitoramento por meio de projetos independentes e parcerias com Universidades ou instituições de pesquisa. As propostas devem também estimular e promover a divulgação desses resultados, de forma a contribuir com a construção do conhecimento e a implementação de iniciativas bem-sucedidas nesse campo no futuro.

No relatório final do projeto deverá ser incluída uma estratégia de continuidade das ações, elaborada em conjunto com os parceiros do projeto e instituições locais envolvidas. Essa estratégia deve considerar os dados do monitoramento, incluindo o alcance das metas, o contexto socioeconômico local e os riscos e medidas para mitigar ou prevenir estes riscos.

11.3 Meta 3. Cadeias Produtivas associadas à restauração fortalecidas

As propostas deverão apresentar também atividades de capacitação dos atores locais e fortalecimento das cadeias produtivas associadas à restauração.

As atividades de fortalecimento das cadeias produtivas devem incluir a mobilização das lideranças, comunidades e povos locais, com enfoque para a demonstração da importância dessas cadeias produtivas para a região, a apresentação das potencialidades e desafios e a criação de estratégias de gestão participativa dos diferentes elos (atores) da cadeia, dentre outras perspectivas consideradas necessárias pelo proponente. As atividades deverão ter como objetivo a criação de um

cenário regional apto para a continuidade de ações de restauração, bem como a geração de renda para os atores envolvidos, adotando um olhar sensível às questões de gênero, raça e etnia.

São considerados atores das cadeias produtivas: produtores rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agentes de assistência técnica e extensão rural, coletores de sementes e viveiristas produtores de mudas de espécies nativas, representantes de associações, cooperativas e sindicatos rurais, representantes de organizações não-governamentais ou empresas implementadoras de projetos de restauração, dentre outros.

As capacitações aos atores locais poderão abranger os seguintes temas, entre outros identificados como pertinentes pela instituição proponente, considerando o contexto local:

- **Técnicas de restauração ecológica:** Conceitos básicos sobre restauração e caracterização do problema; Etapas e técnicas do processo de restauração, incluindo técnicas de restauração ecológica produtiva (sistemas agroflorestais, etc.); Recuperação e conservação do solo; Manutenção e monitoramento de áreas restauradas ou em recuperação; Regularização ambiental com base na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e legislações estaduais sobre a temática, se for o caso;
- **Produção de sementes e mudas de espécies nativas:** Coleta e manejo de sementes nativas; Legislação aplicada (Lei 10.711/2003, Decreto nº 10.586/2020 e IN MAPA 17/2017), incluindo orientação para registro no RENASEM e sobre os casos em que esse registro fica dispensado; Conceitos ecológicos básicos; Segurança no campo e Segurança do trabalho; Identificação botânica de espécies da região; Seleção e marcação de plantas matrizes ou áreas de coleta de sementes, Coleta e preparo de material botânico; Técnicas de coleta e escalada; Coleta de sementes e manejo de área de coleta de sementes (ACS); Beneficiamento de sementes; Secagem e armazenamento de sementes; Experiências de sucesso em outros biomas; Estruturação de redes de produção e comercialização de sementes; Planejamento e gestão de viveiro; Produção de mudas; Controle fitossanitário e tratamentos culturais; Transporte de mudas e os métodos de plantio; Identificação de espécies indesejáveis para a restauração (i.e., com potencial invasor) e planejamento da eliminação de tais espécies dos viveiros;
- **Formas de organização, estudo de mercado e Planos de Negócios:** Associativismo e Cooperativismo: questões legais e operacionais; Estudo de mercado; Plano de Negócios: apropriação de conceitos e aplicação prática; Gestão de negócio relacionado à coleta de sementes e produção de mudas; Legislação aplicada (Lei 10.711/2003, Decreto nº 10.586/2020 e IN MAPA 17/2017); Gestão de negócios relacionados a exploração de produtos oriundos da sociobiodiversidade;
- **Sistemas Produtivos Sustentáveis:** Cadeias produtivas da sociobiodiversidade; Conceitos, definição e classificação de Sistemas Agroflorestais (SAFs); Multifuncionalidades ecológicas, econômicas e sociais dos SAFs; Diagnóstico e desenho de SAFs; Implantação e manejo de SAFs; Legislação aplicada; Conceitos básicos sobre o manejo sustentável de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs); Valorização da floresta em pé; Manejo comunitário de PFMNs; Etapas de manejo (planejamento, diagnóstico e mapeamento, colheita, pós-colheita e comercialização); Legislação e regularização aplicada ao manejo de PFMNs.

As capacitações deverão apresentar aplicação prática dos seus resultados na promoção da restauração na região.

As propostas poderão prever a implantação de unidades demonstrativas de produção, beneficiamento e armazenamento de sementes e mudas nativas, assim como de sistemas agroflorestais. Nestes casos, deverão ser previstas na proposta a aquisição de equipamentos e/ou a construção de infraestrutura necessária para viabilizar a implantação das unidades demonstrativas, apresentando os custos por insumo e atividades necessárias para a sua execução.

Essas unidades poderão estar localizadas em associações e cooperativas de agricultores, escolas agrícolas, institutos técnicos, universidades, instituições públicas locais com relação à temática ou ONGs locais que não se encontrem negativadas pela União. A localização dessas unidades deverá ser escolhida de forma participativa com os atores mobilizados para as capacitações, de forma que seja identificada demanda para a produção e comercialização dos produtos fins da cadeia, incluindo as mudas e sementes nativas para fins de restauração.

A manutenção da área e/ou infraestrutura, após a finalização do projeto, ficará a cargo da instituição que a disponibilizou. A instituição deverá demonstrar que tem propriedade do terreno, possui documento de posse ou cessão de uso durante todo o período de execução do projeto. Além disso, a instituição deve demonstrar que possui recursos para utilizar estas unidades por igual período.

Os profissionais a serem selecionados para a implementação da(s) unidade(s) demonstrativa(s) e para fazer uso do espaço e infraestrutura, deverão, preferencialmente, ser escolhidos entre os capacitandos dos cursos oferecidos e considerando questões relacionadas a gênero, raça e etnia.

A(s) unidade(s) demonstrativa(s) deverão ser construídas e estruturadas para operarem de acordo com os padrões estabelecidos pela legislação em vigor (Lei 10.711/2003, Decreto nº 10.586/2020 e IN MAPA 17/2017). Para realização de obras, é necessária apresentação do projeto básico elaborado por profissional habilitado. Caso a instituição proponente não possua o projeto básico, a elaboração do mesmo poderá ser prevista na proposta, ou a elaboração do projeto básico poderá ser apresentada como contrapartida.

Outras atividades de fortalecimento das cadeias produtivas associadas à restauração na região, além das descritas acima, poderão ser incluídas na proposta de projeto, desde que apresentem metodologia e orçamento detalhados e justificativa de seus impactos nos objetivos da proposta.

12.Despesas Elegíveis e Inelegíveis

O uso dos recursos deverá ser destinado exclusivamente para a execução das atividades fim do projeto. Todas as despesas, especialmente as correntes, deverão ser descritas e comprovadas individualmente na prestação de contas. Não serão financiadas taxas de administração ou similares com recursos do Edital.

Na análise dos projetos durante o processo de seleção poderão ser, parcial ou totalmente, recusadas quaisquer despesas consideradas injustificadas para a realização das atividades do projeto.

Não será coberto com recursos do projeto o pagamento de juros e mora por atrasos no pagamento.

Todos os encargos sociais relativos ao pessoal a ser eventualmente contratado para o desenvolvimento das atividades da proposta são de responsabilidade da instituição proponente e serão cobertos com recurso do projeto, devendo ser recolhidos pela instituição responsável pelo projeto conforme disposto na legislação. As contratações realizadas no âmbito do projeto não acarretarão vínculo empregatício com o FUNBIO.

O recolhimento de quaisquer obrigações tributárias advindas destas contratações será de inteira responsabilidade da instituição proponente.

Todos os comprovantes das despesas arcadas com o recurso do projeto deverão ser comprovantes fiscais legalmente aceitos e estar em nome da instituição proponente. O FUNBIO poderá a qualquer tempo solicitar a demonstração do cumprimento das referidas obrigações trabalhistas.

12.1. Despesas Elegíveis

Poderão ser apoiadas as categorias de despesas identificadas abaixo:

- a)** Diárias ou adiantamento de viagem para cobertura de gastos com viagem de pessoas envolvidas diretamente na execução do projeto (inclui alimentação, hospedagem e deslocamento via táxi, aplicativos ou outros);
- b)** Passagens nacionais aéreas, terrestres e fluviais;
- c)** Bens: mobiliário, maquinário, veículos (a aquisição de veículos e maquinários deve ter sua necessidade devidamente justificada no projeto, comparando os custos de compra versus o de aluguel dos referidos itens) e equipamentos. Na eventual necessidade de doação de bens e equipamentos adquiridos com recursos do projeto, esta deverá ser operacionalizada pela instituição proponente e anuída pelo Núcleo Gestor. Os custos relativos ao pagamento de impostos para a doação dos bens não poderão ser cobertos com recursos do projeto, salvo expressa autorização prévia do Núcleo Gestor;
- d)** Custos recorrentes: material de consumo (inclui material de escritório, insumos como: sementes, mudas, cercas, material de construção, fertilizantes etc.), combustível, correios, fotocópias, embalagens, manutenção de equipamentos de informática, de veículos e de infraestrutura, itens de comunicação;
- e)** Serviços de terceiros: consultorias, assistência técnica (inclui extensão rural), mão de obra local, serviços em geral ou serviços técnicos para a execução da restauração, manutenção, monitoramento e divulgação, como por exemplo: serviços cartográficos, geoprocessamento; marcação de matrizes; coleta e armazenamento de sementes; serviços de manutenção de áreas em recuperação; capacitação de proprietários, comunitários, cooperativas e associações de reflorestadores, viveiristas e coletores de sementes;
- f)** Salários, encargos e benefícios previstos na legislação trabalhista da equipe diretamente ligada ao projeto contratados via CLT, desde que tais valores sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetivo dedicado ao projeto, correspondam à qualificação técnica necessária para a sua execução, e sejam compatíveis com o valor de mercado da região onde atua, não podendo ser superiores ao teto do Poder Executivo Federal. Os custos relativos à rescisão contratual poderão ser previstos na proposta. No entanto, somente na ocorrência da rescisão trabalhista dentro da vigência do contrato e referente ao período em que o contratado esteve vinculado ao projeto é que poderá ocorrer o pagamento pela conta do projeto. Não poderão ocorrer pagamentos na conta do projeto a título de quaisquer provisões, uma vez que o FUNBIO trabalha com regime de caixa, aceitando apenas as despesas efetivamente realizadas dentro da vigência do contrato. É de inteira responsabilidade da instituição proponente/executora garantir o cumprimento da legislação trabalhista de qualquer contratação realizada no âmbito do projeto. O FUNBIO está eximido de qualquer responsabilidade trabalhista decorrente dessas contratações. As contratações de equipe deverão levar em consideração o pagamento

igualitário entre os diferentes gêneros, as condições adequadas de trabalho e o uso adequado de equipamento de proteção individual e coletiva;

- g) Pequenas obras e reformas, como por ex. laboratório e banco de sementes, equipamentos e instalações de viveiros, pomares de espécies nativas, módulos familiares de produção de mudas, desde que apresentado projeto básico e comprovada a propriedade do imóvel ou cessão de uso durante todo o período de execução do projeto. Os procedimentos para a realização de pequenas obras e reformas, especialmente as que necessitam de projeto básico, devem necessariamente ser iniciadas no primeiro mês após a assinatura de contrato, já que as mesmas devem ser concluídas durante as fases iniciais de execução do projeto;
- h) Compras de agrotóxicos e insumos agrícolas de natureza química, desde que em etapas iniciais ou intermediárias do processo de restauração das áreas e com base em justificativa técnica, a ser aprovada pelo FUNBIO, que comprove a necessidade e efetividade (relação custo/benefício) da utilização destes insumos, quando em comparação com insumos de natureza orgânica. A aprovação dos insumos agrícolas de natureza química levará em conta as salvaguardas do FUNBIO e a legislação vigente que regulamenta o seu uso.

Todos os gastos do projeto devem seguir os procedimentos informados pelo FUNBIO nos manuais que serão fornecidos às instituições proponentes cujas propostas forem selecionadas.

12.2. Despesas Inelegíveis

As despesas identificadas abaixo não são permitidas:

- a) Aquisição de bens imóveis;
- b) Pagamento de dívidas e/ou passivos de qualquer natureza;
- c) Compra de armas ou munições;
- d) Pagamento de impostos, taxas ou qualquer outro tributo que não seja inerente e/ou parte integrante do custeio ou de investimentos realizados pelo projeto;
- e) Atividades que promovam interesses partidários, eleitoreiros ou religiosos;
- f) Pagamento de salários, bolsas de pesquisa, de estudo, técnicas e/ou qualquer outra espécie de remuneração a integrantes da Administração Pública direta ou indireta não é permitido, com exceção de pagamento a professores de universidades públicas, condicionado aos limites e normas de suas respectivas instituições e à legislação vigente, que devem ser apresentadas pela proponente.

13. Contrapartida

A apresentação de contrapartida é desejável, mas não obrigatória. A apresentação de contrapartida amplia o alcance da proposta, com aumento de viabilidade das ações pretendidas. A contrapartida oferecida pela proponente é um dos critérios de avaliação.

Caso apresentada, a contrapartida deverá ser calculada sobre o valor solicitado pela proposta e poderá ser apresentada na forma de recursos financeiros próprios ou de terceiros, bem como bens ou serviços, desde que economicamente mensuráveis. As contrapartidas não financeiras são todas aquelas derivadas de recursos diretamente investidos no projeto, como oferta de infraestrutura, pessoal, bens, insumos, serviços e outros itens a serem avaliados na etapa de análise técnica e jurídica.

Serão consideradas contrapartidas financeiras os recursos próprios a serem aplicados diretamente no projeto, não sendo permitido qualquer depósito na conta bancária do projeto.

Para fins de contabilização da contrapartida relacionada a máquinas, equipamentos e veículos, o proponente deverá considerar o valor de uso durante o desenvolvimento do projeto, não devendo, portanto, contabilizar o valor de aquisição ou valor de venda dos itens listados.

A contrapartida do projeto deverá ser indicada na proposta e demonstrada ao FUNBIO, de acordo com os prazos definidos para apresentação das prestações de contas previsto no contrato de apoio financeiro às entidades executoras.

14. Disponibilização de recursos

Os custos de elaboração da proposta são de inteira e exclusiva responsabilidade da proponente. A submissão de propostas ao Edital não gera nenhum direito de ressarcimento dos custos incorridos pelo proponente, inclusive no caso de cancelamento total ou parcial deste Edital.

Não será permitida a duplicidade de financiamento para as atividades previstas no projeto, apenas financiamentos complementares.

Os recursos serão disponibilizados para as instituições cujas propostas forem selecionadas após o cumprimento de todas as exigências, sejam elas de natureza legal ou técnica, condição para a assinatura dos contratos. A impossibilidade do atendimento dessas condições, no período de até 20 dias, poderá acarretar o cancelamento da proposta.

Após o primeiro desembolso, os desembolsos subsequentes só serão realizados mediante a prestação de contas financeira e execução de ao menos 70% do saldo disponível (cujos valores ainda não tenham sido objeto de prestação de contas anterior e sem a inclusão do valor dos rendimentos), bem como a apresentação de relatorias técnicas e aprovação do FUNBIO, conforme modelos e procedimentos a serem disponibilizados às instituições selecionadas.

15. Submissão da proposta e prazos

A proposta deverá ser enviada até às 18:00 horas do dia 06 de novembro de 2023, por meio do preenchimento do formulário eletrônico, acessível em:

https://bit.ly/FlorestaViva_Xingu

Toda a documentação necessária deverá ser anexada conforme solicitado no formulário online.

ATENÇÃO: O preenchimento do formulário só poderá ser feito a partir de contas de e-mail do Google (Gmail). Isso é necessário para que o formulário possa ser editado ao longo de seu preenchimento, dentro do prazo deste Edital. Embora os campos do formulário possam ser editados, os arquivos anexados não poderão ser substituídos ou excluídos após o primeiro envio (upload).

O FUNBIO não se responsabiliza por inscrições não concretizadas em decorrência de eventuais problemas técnicos ou falhas na transmissão de dados, comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

16. Documentos necessários para submissão da proposta

Junto com a proposta técnica, a ser apresentada de acordo com os requisitos descritos e os Anexos a este Edital, a instituição proponente **deverá enviar os seguintes documentos**:

1. Inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
2. Estatuto social vigente, com o devido registro em cartório;
3. Ata de eleição da diretoria em exercício, com o devido registro em cartório;
4. Documentos pessoais (Cédula de identidade e CPF) do(s) representante(s) legal(is);
5. Comprovação da experiência da instituição proponente, bem como da equipe de implementação do projeto (ver item 8 deste Edital);
6. Demonstrações financeiras dos últimos 03 (três) anos;
7. Formulário de Avaliação Institucional devidamente preenchido (Anexo F deste Edital).

Adicionalmente, é **desejável o envio dos seguintes documentos** junto às propostas, podendo ser considerados como pontuação extra conforme previsto nos subcritérios de avaliação descritos no Item 25. Critérios de Avaliação Quantitativa:

- a) Cartas de Parceria das instituições parceiras, quando existentes, acompanhadas dos documentos de comprovação da representação legal do signatário do documento;
- b) Termos de adesão do(s) proprietário(s)/possuidores e/ou de seus prepostos legalmente constituídos, concordando explicitamente com as atividades de restauração em suas propriedades.

17. Comunicação com o FUNBIO

A comunicação dos proponentes de projetos desse Edital junto ao FUNBIO será feita estritamente pelo e-mail xingu.florestaviva@funbio.org.br. Não serão aceitas cartas físicas, nem recebidas ligações telefônicas para o esclarecimento de qualquer ponto relativo a esse Edital. O e-mail informado na proposta deve ser válido e verificado com frequência pelo proponente. A falha ou a demora em responder e-mails enviados não será aceita como justificativa para a perda de prazos, com exceção de casos previamente acordados com o FUNBIO.

18. Processo de seleção de projetos

As propostas encaminhadas para a seleção serão avaliadas em 2 (duas) etapas, a saber:

1ª Etapa – análise preliminar

Todas as propostas recebidas dentro do prazo estipulado serão submetidas pelo FUNBIO a uma análise de conformidade com as exigências formais constantes deste Edital. Esta seleção preliminar, de natureza eliminatória, resultará em uma relação de propostas admitidas para a 2ª etapa competitiva de seleção. Os critérios eliminatórios são os relacionados abaixo:

- A proposta foi enviada até a **data limite**;
- Foram enviados os **documentos obrigatórios** relacionados no item 16 deste Edital;
- Observância dos valores e área mínima obrigatória para restauração estipulados neste Edital.

O FUNBIO comunicará o resultado da análise preliminar às proponentes, antes de dar prosseguimento à 2ª etapa - análise técnica das propostas.

2ª Etapa – análise técnica

As propostas qualificadas na 1ª etapa serão submetidas à análise da Comissão de Seleção, formada por especialistas indicados por BNDES, Energisa, Fundo Vale, Norte Energia e FUNBIO. A Comissão de Seleção fará a avaliação do escopo e pontuará as propostas com base nos critérios técnicos constantes neste Edital, de acordo com os Critérios de Avaliação Quantitativa (item 25).

Com base na pontuação obtida, a Comissão de Seleção recomenda ou não os projetos. Serão recomendados os projetos que atingirem ao menos 70% da pontuação máxima. As propostas recomendadas seguem então para a etapa classificatória, na qual, além da pontuação recebida por cada proposta, será considerada a distribuição dos recursos e projetos entre as regiões e o montante de recursos disponível no edital. A seleção das propostas visará à distribuição dos recursos e projetos entre as três regiões focais, quando possível, e estará condicionada à disponibilidade e à otimização dos recursos visando ao alcance dos objetivos definidos no edital.

A Comissão de Seleção analisará com rigor o atendimento das condições e orientações técnicas estabelecidas neste Edital, podendo sugerir condicionantes e recomendações para os projetos antes de sua contratação.

Condicionantes são modificações ou pedidos de esclarecimento que, apenas se forem atendidas pelos proponentes, permitirão ao FUNBIO a contratação dos mesmos. Caberá ao FUNBIO avaliação do cumprimento de uma condicionante, podendo o projeto ser reprovado. Caso necessário, o FUNBIO poderá realizar uma nova consulta técnica a especialistas quanto ao pleno alcance das condicionantes.

Recomendações são modificações ou pedidos de esclarecimentos que contribuem para a melhoria da proposta, porém, não impedem a contratação do projeto caso não sejam cumpridas.

19. Divulgação dos resultados

Os resultados do Edital e da seleção dos projetos serão divulgados no Portal de Chamadas do FUNBIO (<https://chamadas.funbio.org.br/>). O resultado da avaliação quantitativa será enviado por e-mail para cada instituição proponente (para o e-mail informado na ficha do Anexo A).

Os proponentes devem verificar o Portal de Chamadas antes de entrar em contato com o FUNBIO para saber o resultado. O FUNBIO, seus funcionários, os membros da Comissão de Seleção ou qualquer das partes diretamente envolvidas não farão nenhuma forma de divulgação dos resultados antes da sua efetiva divulgação no site do FUNBIO.

20. Contratação e implementação

O FUNBIO firmará contrato de apoio técnico e financeiro com as entidades executoras dos projetos selecionados. O contrato de apoio inclui as regras, procedimentos e obrigações para a execução dos projetos, além de garantir o repasse dos recursos financeiros para realização das atividades.

Concluído o processo de seleção e atendidos os eventuais requerimentos adicionais solicitados pelo FUNBIO, o FUNBIO procederá à contratação, conforme detalhado a seguir:

- a) O FUNBIO entrará em contato com os proponentes dos projetos selecionados e solicitará um eventual complemento de informações para assinatura do contrato e transferência dos recursos. Nesta ocasião, serão informados os prazos para o envio dos documentos necessários para a elaboração do contrato e para o repasse dos recursos. É condição para contratação das instituições selecionadas estar em situação regular no âmbito fiscal e trabalhista.
- b) Caso a entidade não apresente os documentos complementares solicitados no prazo definido e/ou não atenda de forma satisfatória às condicionantes, a mesma poderá ser eliminada, podendo ser escolhido outro projeto, considerando a lista de projetos aprovados pela Comissão de Seleção.
- c) As entidades selecionadas no edital passarão pelo processo de análise cadastral do BNDES, mesmo processo que é aplicado para processo de concessão de financiamento não reembolsável do banco.
- d) A contratação é celebrada pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, com recursos do BNDES, Energia, Fundo Vale e Norte Energia, através do Floresta Viva.

Após a aprovação do projeto, seu início dar-se-á na data de assinatura do contrato. A liberação dos recursos será feita conforme apresentado no cronograma do projeto e mediante aprovação das relatorias técnicas e financeiras previstas no contrato de apoio.

Nessa fase de contratação, as instituições responsáveis pelos projetos selecionados deverão enviar os seguintes documentos:

- 1. Cópia dos Atos Constitutivos (tais como estatuto e suas atualizações ou contrato social), com o devido registro em cartório.
- 2. Cópia da cédula de identidade e CPF dos representantes legais.
- 3. Certidão conjunta de regularidade emitida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, abrangendo, inclusive, as contribuições sociais.
- 4. Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal.
- 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 6. Declaração de inexistência de pendências ou ações judiciais ou administrativas que possam comprometer o patrimônio da instituição e prejudicar a execução do projeto (ver Anexo H para uma sugestão de declaração).

7. Dados Bancários para o Desembolso: as instituições responsáveis deverão abrir uma conta corrente específica para o projeto, podendo ser em qualquer instituição bancária autorizada pelo Banco Central e informar ao FUNBIO:

- Banco e código do Banco;
- Nome, número e endereço da Agência;
- Número da conta (OBS: a instituição beneficiária/proponente deve ser a titular da conta);
- Nome da conta (recomenda-se que faça alguma referência ao projeto).

21. Monitoramento Técnico e Financeiro dos Projetos

Os projetos contratados serão supervisionados pela coordenação do Floresta Viva. A supervisão visa o levantamento e a disponibilização de informações, técnicas e instrumentos que possam ser úteis para os projetos bem como o monitoramento do desempenho, de acordo com abordagens e procedimentos estabelecidos entre todos os projetos contratados.

O acompanhamento físico-financeiro dos projetos contratados será realizado pelo FUNBIO. Para tal, o FUNBIO solicitará e analisará informações obrigatoriamente e periodicamente enviadas pela beneficiária, conforme definido no contrato a ser celebrado e nos manuais do projeto. O FUNBIO poderá, ainda, efetuar visitas de campo e contratar consultores independentes para verificar diferentes aspectos do projeto, como por exemplo: a efetiva execução das atividades pactuadas, a área restaurada e as contas dos projetos junto às instituições beneficiadas pelo apoio. BNDES, Energisa, Fundo Vale e Norte Energia também poderão efetuar visitas de campo para acompanhamento dos projetos.

Os projetos apoiados deverão enviar ao FUNBIO relatórios técnicos mensais, semestrais e final, tendo como referência o cronograma e o escopo da proposta pré-estabelecidos, monitoramento dos indicadores, abordando os resultados e produtos obtidos.

22. Informações adicionais

Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico xingu.florestaviva@funbio.org.br, até o dia 30 de outubro de 2023.

Todas as perguntas e dúvidas deverão ser feitas via e-mail. O FUNBIO publicará todas as perguntas e respostas no Portal de Chamadas, sem que seja feita qualquer referência à instituição proponente.

23. Encerramento dos Projetos

Os projetos só são considerados finalizados pelo FUNBIO após aprovação de todas as relatorias e a assinatura do termo de encerramento de projeto, a ser disponibilizado pelo FUNBIO ao final do projeto.

24. Disposições Gerais

A qualquer momento esse Edital poderá ser cancelado ou ter seus prazos ou valores disponíveis para financiamento modificados, no todo ou em parte, sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza a nenhuma das partes envolvidas.

O FUNBIO reserva-se o direito de não celebrar contratos com os proponentes selecionados, por motivos de conveniência e oportunidade, não ensejando qualquer indenização aos inscritos.

A proponente está ciente de que, celebrado o contrato, deverá mencionar a colaboração financeira do BNDES, Energisa, Fundo Vale e Norte Energia e a parceria do FUNBIO na divulgação das ações apoiadas pelo Edital, incluindo as suas logomarcas. Deverá, assim, submeter à aprovação prévia do FUNBIO e das Instituições Apoiadoras o material destinado às divulgações relacionadas ao projeto, devendo ser respeitadas as orientações de uso das marcas estabelecidas pelos parceiros.

As proponentes devem ter ciência de que, uma vez contratadas, autorizam citação e uso de imagens dos projetos em ações de comunicação do FUNBIO, BNDES, Energisa, Fundo Vale e Norte Energia.

25. Critérios de Avaliação Quantitativa

A Comissão de Seleção das Propostas emitirá um parecer global, composto pela Avaliação Quantitativa Final, de acordo com os critérios de avaliação descritos abaixo, e por uma Avaliação Qualitativa, que classifica a proposta de projeto conforme as alternativas a seguir.

Recomendado (RE) – quando a proposta atende ao conjunto dos critérios da análise técnica e atinge pontuação na Avaliação Quantitativa Final igual ou superior a 70 (setenta) pontos.

Não-Recomendado (NR) – quando a proposta não atende aos critérios de análise técnica de projetos ou não apresenta condições mínimas de reformulação, atingindo pontuação na Avaliação Quantitativa Final inferior a 70 (setenta) pontos.

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA				
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		PONTOS (0 A 5)	PESO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Capacidade Técnica e Organizacional do Proponente e Parceiros		3	15
2	Capacidade Técnica da Equipe		3	15
3	Atividades técnicas de restauração ecológica		3	15
4	Custos		3	15
5	Importância Ecológica da restauração na região		3	15
6	Cadeias produtivas, Geração de renda e Mobilização de Atores		2	10
7	Sinergia com atividades dos setores públicos e/ou privado voltadas para a recuperação da vegetação nativa		2	10
8	Apresentação da proposta		1	5
TOTAL				100

* Em caso de empate, será utilizada a pontuação dos Critérios 1 e 5 para desempate, nesta ordem.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		
CRITÉRIO	IDENTIFICAÇÃO DO CRITÉRIO	Aspectos a serem observados
Critério 1	Capacidade Técnica e Organizacional do Proponente e Parceiros	
Subcritério 1.1	Experiência em projetos de conservação, uso sustentável e restauração ecológica	<p>Experiência e histórico dos trabalhos e atividades em geral desenvolvidas no(s) bioma(s) foco da proposta.</p> <p>Experiência de trabalhos na região para a qual a proponente está apresentando proposta. No caso de haver parcerias, apresentar sua vantajosidade econômica e necessidade estratégica para a atuação junto ao proponente.</p> <p>Projetos de restauração já realizados pela instituição proponente e parceiros: período, local, área em hectares, valores total e anual, parceiros, resultados, bioma, notório reconhecimento público.</p>
Subcritério 1.2	Sustentabilidade financeira da instituição	<p>A instituição apresenta histórico de desenvolvimento de projetos com valores semelhantes ao valor da proposta submetida.</p> <p>A instituição apresenta estratégias e alternativas para captação de recursos, no curto e no médio prazo, incluindo geração própria de receita, doações, recebimento por serviços prestados, etc.</p>
Critério 2	Capacidade Técnica da Equipe	
Subcritério 2.1	Nível de qualificação e experiência da equipe técnica em projetos de restauração	<p>Experiência da equipe do projeto (proponente e parceiras) em execução de planos/projetos de recuperação no(s) bioma(s) e na região foco da proposta.</p> <p>Qualificações e competências da equipe do projeto para a execução de planos/projetos de restauração.</p>
Critério 3	Atividades técnicas de restauração ecológica	
Subcritério 3.1	Diagnóstico preliminar das áreas a serem restauradas	O projeto apresenta características da região/área: vegetação, topografia, solo, fauna, condições climáticas, fatores de degradação, localização georreferenciada das áreas a serem restauradas, etc.
Subcritério 3.2	Justificativa da utilização das técnicas de restauração, considerando as características das áreas a serem restauradas, a estrutura da cadeia produtiva da restauração e o perfil dos beneficiários	<p>Adequabilidade das técnicas previstas, tais como: condução da regeneração natural, adensamento, enriquecimento, plantio total, SAFs e outras.</p> <p>Logística de atividades e fornecimento de insumos necessários para as técnicas previstas.</p>
Subcritério 3.3	Nível de engajamento dos beneficiários finais (gestores públicos de áreas protegidas, comunitários, proprietários)	<p>O projeto apresenta estratégia de mobilização e engajamento dos beneficiários finais.</p> <p>O projeto apresenta envolvimento direto dos beneficiários (gestores das Áreas Protegidas, comunidades e povos locais, proprietários/possuidores) na implementação do projeto, como por exemplo no plantio de mudas, no cercamento, etc.</p> <p>Presença de cartas de parcerias com as instituições/associações presentes nas áreas.</p> <p>Relevância das instituições parceiras e clareza na definição de suas atribuições no projeto.</p> <p>Inserção de questões relacionadas à equidade de gênero, raça e etnia nas atividades propostas.</p>
Subcritério 3.4	Apresentação detalhada das atividades de implantação, manutenção	O projeto apresenta práticas de manutenção das áreas em recuperação e diminuição dos riscos externos (controle de pragas,

	e monitoramento das áreas em recuperação	<p>impedimento de animais domésticos às áreas, controle da mato-competição – roçadas, prevenção a incêndios, etc).</p> <p>O projeto apresenta uma lista de indicadores ambientais que serão monitorados ao longo da implementação do projeto (cobertura do solo com vegetação nativa, densidade de indivíduos nativos regenerantes, número de espécies nativas regenerantes, estimativas da remoção/captação de gases de efeito estufa, visita de fauna, teor de matéria orgânica no solo, ocorrência de incêndios etc), e informa a metodologia de monitoramento, coleta de informações, documentação, divulgação do projeto e o uso de ferramentas de georreferenciamento.</p> <p>O projeto descreve as atividades de implantação, manutenção e monitoramento em um nível de detalhe adequado.</p>
Subcritério 3.5	Sustentabilidade dos resultados do projeto	O projeto apresenta estratégia de manutenção dos resultados da restauração após o término do projeto.
Critério 4	Custos	
Subcritério 4.1	Custo da restauração, levando em consideração as diferentes técnicas a serem adotadas	<p>Custos da elaboração e implementação do plano de restauração.</p> <p>Custos da restauração, considerando as técnicas propostas, em R\$/ha.</p> <p>A avaliação deste subcritério derivará de uma análise comparativa das propostas apresentadas, favorecendo aquelas que apresentarem valores mais baixos para cada técnica e, assim, promovendo a ênfase na economicidade e eficiência.</p>
Subcritério 4.2	Valor total solicitado pelo projeto ao edital, levando em consideração custos de cada um dos objetivos da proposta	<p>Custos totais do projeto em R\$ por Objetivos: 1) Gestão e gastos recorrentes; 2) Articulação e mobilização; 3) Diagnóstico e Elaboração do Plano de Restauração; 4) Implementação do Plano de Restauração; 5) Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Restauração; 6) Capacitações; 7) Monitoramento; 8) Estratégia de Comunicação; e 9) Outros.</p> <p>A avaliação deste subcritério derivará de uma análise comparativa dos custos por objetivo entre as propostas apresentadas, promovendo a ênfase na economicidade e eficiência.</p>
Subcritério 4.3	Contrapartidas	<p>O projeto apresenta contrapartidas financeiras e não financeiras e qual o impacto delas para os resultados previstos no projeto.</p> <p>A avaliação deste subcritério derivará de uma análise comparativa das propostas apresentadas, favorecendo aquelas que apresentarem valores maiores de contrapartida ligada diretamente aos objetivos centrais dos projetos e do edital.</p>
Critério 5	Importância Ecológica da restauração na região	
Subcritério 5.1	Conectividade entre fragmentos de vegetação nativa	<p>O projeto contempla a conectividade de vegetação nativa nas áreas abrangidas pela restauração.</p> <p>As áreas propostas para restauração estão localizadas em áreas de alta relevância para a conservação da região.</p>
Subcritério 5.2	Áreas Prioritárias para a Recuperação da Vegetação	As áreas selecionadas para restauração são apontadas como prioritárias por algum instrumento de planejamento ambiental público ou privado (Ex: Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Brasileira (MMA, 2018), Mapas de Áreas Prioritárias para a Restauração, Plano Nacional de Vegetação Nativa (Planaveg), Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN), entre outros).
Subcritério 5.3	Tamanho da área a ser restaurada	Serão priorizados os projetos que se propõem a restaurar maiores áreas.
Subcritério 5.4	Manutenção de serviços ecossistêmicos	As áreas selecionadas contribuem com: conservação do solo; proteção de áreas de recarga; controle da poluição difusa;

		conservação da biodiversidade; conservação de áreas protegidas; proteção de recursos hídricos.
Critério 6	Cadeias Produtivas, Geração de Renda e Mobilização de Atores	
Subcritério 6.1	Capacidade de fornecimento de sementes e mudas	Situação de viveiros e redes de sementes, identificando a capacidade atual de fornecimento compatível com a demanda do projeto (número e qualidade de mudas e sementes).
Subcritério 6.2	Mobilização de lideranças locais da cadeia produtiva associada à restauração	O projeto prevê atividades de mobilização das lideranças locais com enfoque para a demonstração da importância dessa cadeia produtiva para a região, a apresentação das potencialidades e dos desafios dessa cadeia e a criação de estratégias de gestão participativa dos diferentes elos (atores) da cadeia. Inserção de questões relacionadas à equidade de gênero, raça e etnia nas atividades de mobilização e capacitação propostas.
Subcritério 6.3	Capacitação dos atores das cadeias produtivas associadas à restauração	A proposta contempla atividades detalhadas de capacitação em técnicas de restauração do(s) bioma(s) alvo, incluindo referências bibliográficas. A proposta contempla atividades detalhadas de capacitação em produção de sementes e mudas de espécies nativas do bioma, incluindo referências bibliográficas. A proposta contempla atividades detalhadas de capacitação formas de organização, estudo de mercado e Planos de Negócios, adequadas ao contexto socioeconômico local, à estrutura das cadeias produtivas sustentáveis na região e ao perfil dos beneficiários.
Subcritério 6.4	Indução da estruturação das cadeias produtivas associadas à restauração	A proposta apresenta perspectivas de melhoria da cadeia produtiva da restauração por meio da ampliação do fornecimento de sementes e mudas através de viveiros da região e redes de sementes, visando à implementação do projeto e à consolidação dessa cadeia (geração de renda). A proposta apresenta perspectivas de melhoria das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, visando à consolidação dessas cadeias e à geração de renda às comunidades locais.
Subcritério 6.5	Modelo de restauração adotado apresenta potencial de geração de renda futura	Potencial de geração de renda futura aos beneficiários diretos do projeto, podendo ser por meio de: <ul style="list-style-type: none"> • Comercialização de insumos voltados para a restauração (sementes, mudas, mão-de-obra, etc.); • Comercialização de produtos (madeireiros e não-madeireiros) e serviços ambientais (PSA) oriundos das áreas a serem restauradas pelo projeto, a depender do modelo de restauração adotado, para as propostas de restauração. • O projeto apresenta uma lista de indicadores socioeconômicos ou índices de bem-estar (ou bem-viver) que serão monitorados ao longo da implementação do projeto.
Critério 7	Sinergia com atividades dos setores públicos e/ou privado voltadas para a recuperação da vegetação nativa	
Subcritério 7.1	Sinergias com políticas públicas de recuperação da cobertura vegetal	O projeto viabiliza a recuperação da cobertura vegetal em maior escala, descrevendo atividades a serem realizadas em parceria com o setor público – União, Estados, Municípios - ou que estejam relacionadas à implementação de política(s) pública(s). Ex: CAR, PRA, Plano Federal ou Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa, etc.
Subcritério 7.2	Sinergias com o setor privado voltadas para recuperação da cobertura vegetal	O projeto viabiliza a recuperação da cobertura vegetal em maior escala, descrevendo atividades a serem realizadas em parceria com empresas privadas, fundações, associações etc.

Critério 8	Apresentação da Proposta	
Subcritério 8.1	Organização e clareza da proposta	Apresentação (domínio da norma culta, organização, acabamento, criatividade, qualidade gráfica da proposta). Clareza da metodologia geral e na descrição das ações/atividades do projeto. Clareza na descrição das responsabilidades atribuídas aos profissionais envolvidos.
Subcritério 8.2	Orçamento e cronograma	Orçamento e cronograma de desembolso condizentes com as atividades propostas.
Subcritério 8.3	Fundamentação teórica da proposta	Metodologia amparada em referências bibliográficas ou metodologias reconhecidas, coerente com os resultados a serem alcançados.

ANEXO A: Dados Cadastrais e Currículo da Instituição Proponente

Edital 15/2023	
Floresta Viva - Bacia do Rio Xingu	
Nome da instituição proponente	
Endereço completo (inclusive o CEP)	
Telefones	
E-mail	
Endereço para correspondência (se não coincidir com o endereço acima)	
Natureza jurídica	
Data do Registro Jurídico	
CNPJ	
Representantes legais (nome e cargo)	
Coordenador do projeto	
Telefone; e-mail; endereço do coordenador do projeto	
Ordenador de despesas (responsável pela gestão financeira)	
Telefone; e-mail; endereço do ordenador de despesas	
Local ou região de atuação da entidade proponente	
Parcerias institucionais para este projeto	

MODELO DE CURRÍCULO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

[Observar o número máximo de páginas sugerido para cada item]

[O modelo em Word está disponível como documento anexo a este Edital]

- Indicar o tempo de existência (uma página).
- Descrever a razão social (uma página).
- Apresentar a missão, os objetivos estratégicos e principais áreas de atuação, de acordo com o estatuto da instituição (uma página).
- Descrever a experiência da instituição com relação aos temas e metas apresentados no projeto (até três páginas).
- Descrever a capacidade técnica da instituição para a realização das atividades, indicando a experiência das/os técnicas/os nos temas e ações apresentados no projeto, em especial a experiência em projetos de restauração no bioma e na região foco da proposta (até quatro páginas).
- Descrever o conhecimento que a entidade possui em relação à área de abrangência do projeto (até duas páginas).
- Descrever a experiência da coordenação do projeto em gestão de projetos e no tema proposto (uma página).
- Demonstrativos financeiros dos últimos 03 (três) anos.
- Outras informações relevantes (até quatro páginas).

ANEXO B: Identificação da(s) Instituição(ões) Parceira(s)

[Preencher uma ficha para cada instituição parceira]

[O modelo em Word está disponível como documento anexo a este Edital]

Edital 15/2023	
Floresta Viva - Bacia do Rio Xingu	
Nome da instituição parceira	
Endereço completo (inclusive o CEP)	
Telefones	
E-mail	
Endereço para correspondência (se não coincidir com o endereço acima)	
Natureza jurídica	
Data do Registro Jurídico	
CNPJ	
Representantes legais (nome e cargo)	
Responsável pelo projeto na instituição parceira	
Telefone; e-mail; endereço do responsável pelo projeto	
Local ou região de atuação da entidade parceira	
Atividades a serem desenvolvidas no projeto pela Instituição Parceira	

Para cada instituição parceira aqui identificada deverá ser apresentada uma **Carta de Parceria** devidamente **assinada por seu representante**, do setor ou da unidade responsável pelo projeto, bem como os **documentos que comprovam a representação** (p. ex: ata de eleição, decreto de nomeação, portaria de nomeação, termo de posse etc.). A apresentação dessas Cartas de Parceria na submissão da proposta entra como critério de avaliação da mesma, e é obrigatória para a assinatura do contrato, caso a proposta seja selecionada.

MODELO DE CURRÍCULO DA INSTITUIÇÃO PARCEIRA

[Observar o número máximo de páginas sugerido para cada item]

[O modelo em Word está disponível como documento anexo a este Edital]

- Indicar o tempo de existência (uma página).
- Descrever a razão social (uma página).
- Apresentar a missão, os objetivos estratégicos e principais áreas de atuação, de acordo com o estatuto da instituição (uma página).
- Descrever a **experiência** da instituição **com relação aos temas e metas apresentados no projeto** (até três páginas).
- Descrever a capacidade técnica da instituição para a realização das atividades, indicando a experiência das/os técnicas/os nos temas e ações apresentados no projeto (até quatro páginas).
- Descrever o conhecimento que a entidade possui em relação à área de abrangência do projeto (até duas páginas).
- Descrever a experiência da coordenação do projeto em gestão de projetos e no tema proposto (uma página).
- Outras informações relevantes (até quatro páginas).

ANEXO C: Apresentação Geral do Projeto

[Observar o formato e o número máximo de páginas sugerido para cada item]

[O modelo em Word está disponível como documento anexo a este Edital]

- Fonte para texto: Arial 12
- Margem tipo Normal do Word (superior e inferior com 2,5 cm e esquerda e direita com 3 cm)
- Espaçamento entre linha tipo Simples
- Espaçamento entre parágrafos zerado (0pt antes e depois)

Edital 15/2023	
Floresta Viva - Bacia do Rio Xingu	
Nome do Projeto	
Área de atuação do projeto	
Coordenadas Geográficas e/ou Pontos de Referência	
Área total a ser restaurada (em hectares)	
Nome da instituição proponente / Responsável pelo projeto	
Coordenador do projeto	
Valor do projeto	
Valor da contrapartida	
Valor total do projeto (solicitado ao FUNBIO + contrapartida)	

DETALHAMENTO DO PROJETO

1. Resumo Executivo do Projeto (UMA página)

[Descrever claramente os objetivos, as metas e o prazo de duração do projeto, demonstrando o que se pretende atingir ao final do mesmo].

2. Antecedentes, fundamentação teórica e justificativa da proposição (até QUATRO páginas)

3. Objetivo Geral do Projeto

*[Descrever o objetivo geral do projeto e apresentar como ele se relaciona com as **três metas** apresentadas no item 6 do Edital].*

4. Identificação das partes (pessoas ou grupos) interessadas, beneficiadas ou afetadas pelo projeto (stakeholders)

[Além da identificação das partes, descrever o impacto do projeto para a região e o mapeamento prévio de viveiros, coletores de sementes e outros atores relacionados à cadeia da restauração que demonstrem capacidade de atender às demandas do projeto.]

5. Metodologia detalhada para cada Objetivo Específico do projeto.

[Descrever a metodologia conforme as orientações presentes no item 11 do Edital.

*As propostas devem ser estruturadas nos **nove Objetivos Específicos padrão**, previstos também no Anexo D: Cronograma de Execução Física do Projeto e Anexo E: Orçamento e Cronograma de Desembolsos: 1) Gestão e gastos recorrentes; 2) Articulação e mobilização; 3) Diagnóstico e Elaboração do Plano de Restauração; 4) Implementação do Plano de Restauração; 5) Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Restauração; 6) Capacitações; 7) Monitoramento; 8) Estratégia de Comunicação; e 9) Outros.*

Caso não haja atividades previstas em algum dos objetivos padrão, este pode ser deixado em branco. No entanto, a numeração dos Objetivos deve ser mantida, como forma de padronização dos anexos.

*Outras atividades não relacionadas aos Objetivos Específicos 1 a 8 devem ser todas incluídas dentro do Objetivo 9 - Outros. **Não devem ser excluídos nem criados novos objetivos além dos nove objetivos listados acima.***

*A apresentação da metodologia de cada Atividade deverá ser realizada no formato apresentado a seguir. **Essa estrutura deve ser repetida quantas vezes for necessário, de forma a descrever a metodologia para cada Atividade prevista na proposta.***

O nome e a numeração das Atividades e Resultados devem ser iguais aos apresentados nos Anexos D: Cronograma de Execução Física do Projeto e Anexo E: Orçamento e Cronograma de Desembolsos.]

Objetivo Específico 1: Gestão e gastos recorrentes

Resultado Esperado 1.1: *[Nome do resultado]*

Atividade 1.1.1: *[Nome da atividade]*

Metodologia:

Objetivo Específico 2: Articulação e mobilização

Resultado Esperado 2.1: *[Nome do resultado]*

Atividade 2.1.1: *[Nome da atividade]*

Metodologia:

Objetivo Específico 3: Diagnóstico e Elaboração do Plano de Restauração

Resultado Esperado 3.1: *[Nome do resultado]*

Atividade 3.1.1: *[Nome da atividade]*

Metodologia:

Objetivo Específico 4: Implementação do Plano de Restauração

Resultado Esperado 4.1: *[Nome do resultado]*

Atividade 4.1.1: *[Nome da atividade]*

Metodologia:

Objetivo Específico 5: Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Restauração

Resultado Esperado 5.1: *[Nome do resultado]*

Atividade 5.1.1: *[Nome da atividade]*

Metodologia:

Objetivo Específico 6: Capacitações

Resultado Esperado 6.1: *[Nome do resultado]*

Atividade 6.1.1: *[Nome da atividade]*

Metodologia:

Objetivo Específico 7: Monitoramento

Resultado Esperado 7.1: *[Nome do resultado]*

Atividade 7.1.1: *[Nome da atividade]*

Metodologia:

Objetivo Específico 8: Estratégia de Comunicação

Resultado Esperado 8.1: *[Nome do resultado]*

Atividade 8.1.1: *[Nome da atividade]*

Metodologia:

Objetivo Específico 9: Outros

Resultado Esperado 9.1: *[Nome do resultado]*

Atividade 9.1.1: *[Nome da atividade]*

Metodologia:

6. Resultados Esperados para cada Objetivo Específico do projeto

*[Para cada Resultado Esperado, relacionar e descrever no **Quadro de Resultados** a seguir as Atividades a serem desenvolvidas para alcançá-lo, definir indicadores de monitoramento - quais as melhores formas de medir o sucesso do resultado alcançado -, produtos a serem gerados e fatores externos que possam representar risco/oportunidade para o alcance dos mesmos].*

[Descrever as etapas, os procedimentos e os meios para execução deste Objetivo Específico, contemplando:

- Os recursos materiais (indicar os meios, instrumentos, equipamentos, bens e objetos necessários à execução do projeto).

- Os recursos humanos (indicar os recursos humanos necessários à execução do projeto).]

[As atividades descritas devem ser as mesmas a serem preenchidas no Anexo D: Cronograma Físico Financeiro e no Anexo E: Orçamento e Cronograma de Desembolso].

QUADRO DE RESULTADOS				
Objetivo Específico XX: <i>[Nome do objetivo]</i>				
Resultados esperados	Atividades	Indicadores	Produtos Gerados	Fatores externos (que podem afetar o alcance dos resultados)
A1.1	A1.1.1 A1.1.2 A1.1.X...			Riscos: Oportunidades:
A1.2	A1.2.1 A1.2.X...			Riscos: Oportunidades:
Ax.x...	A2.1.1 A2.1.X...			Riscos: Oportunidades:

- Recursos materiais (listar os meios, instrumentos, equipamentos, bens e objetos necessários à execução deste Objetivo):

- Recursos humanos (listar os recursos humanos necessários à execução deste Objetivo):

[Replicar esse quadro e conjunto de informações para todos os Objetivos Específicos do projeto].

7. Técnicas e custos da restauração

[Detalhar as técnicas previstas para restauração das áreas, considerando o tamanho e a estimativa de custo por hectare.]

Técnica prevista	Área a restaurar (hectares)	R\$/hectare (estimativa)
Plantio total		
Adensamento		
Enriquecimento		
Nucleação		
Regeneração natural assistida		
Semeadura direta		
Sistemas Agroflorestais		
Outras (informar)		
TOTAL DAS TÉCNICAS		

*O preenchimento deve ser feito mesmo quando as informações forem apenas estimativas

8. Perfil da Equipe Responsável pela execução do projeto

[Descreva os perfis profissionais da equipe diretamente responsável pela execução do projeto, apresentando o tipo de experiência, as principais atribuições, o tempo que dedicará ao projeto, assim como o tipo de vínculo que possui com a instituição e a fonte do recurso para pagamento do profissional].

Nome	Instituição	Tipo de vínculo	Atribuições no projeto	Dedicação no projeto (nº de meses e carga horária semanal)	Fonte do recurso (Projeto ou contrapartida)	Link do Curriculum Lattes ou outro (*)

(*) Pesquisadores de instituições estrangeiras e outros profissionais, membros da equipe do projeto, podem optar por apresentar o currículo em outro formato.

9. Questões adicionais

[Responda as perguntas a seguir ao final do detalhamento do projeto].

- A sua instituição leva em consideração questões de integração de gênero, raça ou etnia nas suas políticas internas, contratações e projetos? Se sim, explique brevemente como isso é feito, incluindo se há garantias de isonomia em processos de seleção e remuneração.
- O seu projeto irá lidar com povos indígenas? Em caso positivo: esses povos possuem Protocolo de Consulta e/ou Plano de Gestão Territorial e Ambiental? Sua terra está regularizada? Em caso negativo, como será feita a divulgação da informação a estes povos sobre os objetivos do projeto e os resultados alcançados?
- O seu projeto irá lidar com populações ou comunidades tradicionais? Em caso positivo: esses povos possuem Protocolo de Consulta? Em caso negativo, como será feita a divulgação da informação a estes povos sobre os objetivos do projeto e os resultados alcançados?
- A região de atuação do projeto está inserida em área de conflito? Que tipo de conflito? Quais as ações em curso do poder público para mediar ou solucionar tais conflitos?
- Quais serão os mecanismos de contratação, capacitação e/ou engajamento das comunidades locais?
- Qual será a forma de continuidade das ações após o encerramento do projeto a fim de garantir a permanência da implantação e a sustentabilidade de outros resultados e impactos do projeto?
- A sua instituição possui experiência prévia no desenvolvimento e no registro de projetos de carbono em padrões do mercado voluntário? Caso positivo, informar o número de registro do projeto e o padrão empregado.

ANEXO D: Cronograma de Execução Física do Projeto

As instituições proponentes deverão propor um cronograma de atividades condizentes com a realidade das tarefas a serem realizadas, e de acordo com os desembolsos a serem efetuado para o projeto, no modelo abaixo (o modelo em Excel está disponível como documento anexo a este Edital). **As propostas deverão estruturar os seus Resultados e Atividades seguindo os Objetivos Específicos padrão descritos no modelo de Anexo D: Cronograma de Execução Física.**

O cronograma de execução física será utilizado para o acompanhamento mensal das atividades do projeto. O andamento das atividades será reportado em termos percentuais que serão informados e enviados ao FUNBIO. Para tanto, é imperativo que as atividades constantes no cronograma reflitam com clareza cada etapa componente do Resultado Esperado, sendo mensuráveis quanto ao andamento de sua realização em termos percentuais. Cronogramas que apresentem atividades genéricas ou que agrupem muitas etapas serão devolvidos para adequação como condicionante à aprovação da proposta.

[illegible]

ANEXO E: Orçamento e Cronograma de Desembolsos

A Planilha deve ser enviada em Excel ou OpenDocument, DESPROTEGIDA, seguindo o modelo em Excel disponibilizado na página do Edital.

IMPORTANTE: Os proponentes devem ler atentamente as Instruções de Preenchimento disponíveis na primeira aba da planilha:

- Antes de inserir as despesas, é necessário preencher a aba **Cabeçalho**, informando: Nome do Projeto; Instituição Proponente; Nome do ordenador financeiro; em qual trimestre se encerrará a proposta (**para projetos de 48 meses, deve ser selecionada a opção “16 trimestres”**); e Objetivo principal da proposta.
- Ainda na aba Cabeçalho, devem ser preenchidos os Resultados para cada um dos **nove Objetivos padrão**: 1) Gestão e gastos recorrentes; 2) Articulação e mobilização; 3) Diagnóstico e Elaboração do Plano de Restauração; 4) Implementação do Plano de Restauração; 5) Fortalecimento das Cadeias Produtivas associadas à Restauração; 6) Capacitações; 7) Monitoramento; 8) Estratégia de Comunicação; e 9) Outros.
- Caso não haja Resultados e Atividades previstas para algum dos objetivos padrão, este pode ser deixado em branco. No entanto, o Objetivo deve ser mantido na planilha, como forma de padronização da sua numeração entre os anexos e propostas. Outras atividades não relacionadas aos Objetivos Específicos 1 a 8 devem ser todas incluídas dentro do Objetivo 9 - Outros. **Não devem ser excluídos objetivos nem criados novos objetivos além dos nove listados acima;**
- As despesas devem ser preenchidas na aba **Orçamento**. Para cada despesa, devem ser selecionados na lista suspensa o Objetivo e o Resultado a qual se refere. Feito isso, deve ser preenchido o nome da Atividade e informados: a despesa elegível; o insumo; a descrição da despesa e unidade de medida; origem do recurso (projeto ou contrapartida); quantidade e valor unitário.
- Nas colunas em verde (colunas M a AB) deve ser apresentada a distribuição da despesa em cada trimestre de execução do projeto. O somatório desses valores é calculado automaticamente na planilha, e aparecerá na coluna AC. Caso esse valor esteja diferente do valor da coluna K “Total por tipo de despesa”, a planilha apresentará uma mensagem de erro na coluna AE, devendo então ser verificados os valores.
- As células marcadas em cinza não devem ser preenchidas. **Caso alguma célula a ser preenchida esteja marcada em cinza, isso indica que alguma informação obrigatória não foi preenchida** (checar o nº de trimestres na aba Cabeçalho e o Objetivo na aba Orçamento).
- As despesas relativas à gestão do projeto e a custos recorrentes que englobem diferentes atividades (despesas transversais como combustível, etc), poderão ser incluídas no objetivo 1) Gestão e Gastos Recorrentes. No entanto, **orientamos que as despesas relacionadas diretamente às atividades de restauração sejam alocadas no objetivo específico.**
- Salários e seus respectivos encargos, se previstos na proposta, devem ser incluídos em linhas separadas na planilha.

ANEXO F: Formulário de Avaliação Institucional

O Formulário de Avaliação Institucional é uma ferramenta desenvolvida pelo FUNBIO com o objetivo de conhecer o atual grau de desenvolvimento de instituições que desejam firmar parcerias para recebimento de apoio financeiro a projetos.

O FUNBIO entende que a capacidade fiduciária de uma instituição está ligada à sua forma de trabalhar no dia-a-dia, seus procedimentos formais e suas práticas organizacionais. Entende também que existem níveis diferentes de capacidades e que um determinado nível fiduciário não é um julgamento da instituição.

Conforme previsto no item 16, o envio do Formulário de Avaliação Institucional preenchido é obrigatório na submissão da proposta.

ANEXO G: Declaração de Inexistência de Pendências

[O texto abaixo é apenas um modelo sugestivo de declaração de inexistência de pendências ou ações judiciais ou administrativas, podendo ter seu formato ajustado, desde que o conteúdo seja mantido.]

LOGO DA INSTITUIÇÃO

Local e data

Declaro que não há quaisquer pendências ou ações judiciais ou administrativas por parte da *NOME DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE* que possam comprometer o patrimônio da instituição e prejudicar a execução do projeto *NOME DO PROJETO*, caso este venha a ser selecionado no Edital 15/2023 do Floresta Viva.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME COMPLETO
CARGO NA INSTITUIÇÃO